

A Língua Portuguesa*

Adriano Moreira

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

* Palestra efetuada ao Curso de Defesa Nacional, no IDN, no dia 14 de fevereiro de 2012.

O primeiro critério que nos acode ao espírito quando tratamos da língua portuguesa é o da sua relação com a identidade nacional. Embora, segundo a lição de Lord Acton, o Estado em regra antecede a formação da Nação, não são raros os casos de identidades nacionais que, com território próprio mas sem Estado, como aconteceu com os Estados multinacionais como foram o Império Austro-Húngaro, o Império Turco, e até os Impérios Coloniais dos europeus, ou sem território próprio como aconteceu com os judeus depois da destruição do Templo pelos romanos, mantiveram a identidade.

Apenas depois da guerra de 1914-1918, se fixou, por iniciativa do Presidente Willson, o princípio ocidental da desejável coincidência entre a Nação e o Estado, uma proclamação que ainda hoje anda largamente distanciada da realidade.

Daqui que a língua tenha necessária relação com a identidade, mas não necessariamente com o que, para distinguir, podemos chamar nacionalismo, uma movimentação da identidade a favor da conquista e afirmação da independência política. De facto, a língua comum, embora outros fatores possam concorrer para a vocação da independência soberana, como aconteceu com a descolonização do século XX, cresceu de importância à medida que o nacionalismo a definia como uma precondição.

Tomemos de exemplo não muito antigo o irredentismo, um conceito que se divulgou para designar, depois de 1878, o projeto de reunir todos os territórios de fala italiana para formar um só Estado, e depois abrangeu todos os projetos de readquirir um território cujo povo é considerado alienado, em poder alheio, ao poder do povo que o considera parte de si próprio.

Também a Revolução Turca fez do reforço da língua um instrumento fundamental de assegurar uma identidade, separada da dependência das terras do Islão.

Acontece ainda que a língua, qualquer língua, transporta valores, e aparece como distinguindo correntes conservadoras ou reformistas: foi assim com o feminismo, por exemplo no sentido de suprimir fórmulas aplicáveis apenas ao género masculino, apoiadas no facto de designarem atividades proibidas às mulheres; ministro, presidente, embaixador, e assim por diante, são ainda hoje questões de importância, com recente manifestação na nossa Assembleia da República. As correntes conservadoras, justamente porque defendem a correspondência entre a palavra e a separação dos géneros, resistem à mudança.

Com isto não queremos adiantar que a língua é o único fator de identidade, nem que se pode ler como exclusividade dela a inspiração de Pessoa, quando escreveu que – a minha Pátria, é a língua portuguesa.

De facto, o nacionalismo pode alimentar-se de outros fatores, designadamente o fator étnico que tantos desastres humanos causou no século passado, e, menos severamente, as diferenças linguísticas são invocadas como obstáculo à unificação política de povos que todavia aceitam um conjunto de valores comuns, participam na conceção do mundo e da vida, e no processo de formação da União Europeia; em progresso temos um exemplo, que já levou um responsável europeu a declarar que a língua europeia é a “tradução”.

Para os que entendem que os valores cristãos estão na base da identidade da Europa, não pode deixar de lembrar-se que a Igreja Católica adotou uma língua para ser usada na pregação a todos os povos, que foi o latim, orientação que foi abandonada apenas pelo Concílio Vaticano II, o que não deixou de provocar divisionismos internos. Porque também motivos religiosos podem acompanhar a identidade nacional, e o nacionalismo no sentido da conquista e conservação da independência, para depois adotar eventualmente um projeto de expansão.

Lembremos, a tal propósito, a convicção do Padre António Vieira, um dos pilares da língua portuguesa, e responsável pelo sebastianismo nacional. No Sermão de St.º António, pronunciado em Roma no ano de 1670, afirmava: “É glória singular do Reino de Portugal, que só ele entre todos os do mundo foi fundado e instituído por Deus. (...) quando Cristo fundou, e instituiu, aparecendo a El Rei (que ainda não era) D. Afonso Henriques, a primeira palavra, que lhe disse foi: Volo, quero (...) a Afonso disse: quero fundar em ti um Império não para ti, senão para mim: *Imperium Mihi*”. Quando a legitimidade monárquica foi substituída pela democracia, e pela origem popular do poder, a ideologia nova não resistiu a procurar acrescentar a espécie de aristocracia do povo soberano recorrendo à proclamada origem num povo ilustre, como os gauleses para a França, e, para nós, os lusitanos, os quais não se governavam nem deixavam governar, segundo a experiência dos romanos.

Esta pequena meditação sobre o facto de a língua ser um elemento fundamental das identidades, mas que a identidade não se apoia apenas na língua, também na história, na ascendência, nos feitos que o povo inscreve no património da Humanidade, destina-se a tornar claro o facto de que a mestiçagem, que tanto anda sempre ligada à expansão portuguesa e ao mundialismo que inaugurou, também afetou a língua. Recolho, de memória, observações reunidas ao longo do tempo sobre o fenómeno, começando pelo primeiro contacto com os povos submetidos pelo método plural da colonização, que inclui a escravatura e o transporte de escravos de um continente para outro.

Parece acontecer que um povo agrário requer do colonizador a abertura das vogais para que a sua língua vá sendo recolhida pelos novos destinatários, e assim o Brasil guardou a musicalidade que nós perdemos; por outro lado, a industrialização exige uma articulação de ordens e obediências que acelera o falar e suprime vogais, ao mesmo tempo que a deturpação causada pelo entendimento dos des-

tinatórios conduz o colonizador a adotar a nova forma indígena para simplificar a comunicação; finalmente, um povo ocupado, como Portugal durante a Dinastia dos Filipes, adota um secretismo de comunicação que se aproxima definitivamente do sussurro.

E porque a circunstância da língua muda com a latitude, a etnia, as diferenças de valores, a língua da expansão torna-se tão mestiça como a mistura das etnias, trocando valores, ritmos, musicalidade.

É assim que, lembrando o Brasil onde a língua portuguesa foi trave mestra da unidade política, temos de reconhecer que o património imaterial que a língua exprime, soma hoje às heranças portuguesas as contribuições ameríndias, africanas, italianas, alemãs, e crescentemente inglesas.

Uma multiplicação das componentes da herança que vai crescendo, e que transmite ao colonizador valores da sua cultura já formada quando a tarefa da colonização lhe aconteceu.

O que se conserva, nas várias latitudes por onde passa a colonização, a evangelização, e as estruturas da sociedade civil, é a trave mestra da língua portuguesa, mas a variedade dos valores que a língua transporta é plural.

Esta talvez simples divagação, destina-se a firmar uma conclusão que proponho: a língua portuguesa não é nossa, também é nossa.

Quando foi entregue à Academia das Ciências de Lisboa, e à Academia de Letras do Brasil, a responsabilidade da língua, não foram esquecidas as linguagens das comunidades que ficaram como que isoladas em territórios perdidos ou abandonados, como acontece com Malaca onde avultam elementos culturais que se apoiam na raiz portuguesa do falar.

Por isso, não por simples e legítima fidelidade que tantos sustentam à sua exclusiva forma de falar, que é a do povo português com os seus escritores, poetas, ensino, e específica evolução, tenho entendido que a língua não pode ser submetida por tratados aos quais não obedecerá em parte alguma, mas apenas a diretivas destinadas a manter a trave mestra sem poder evitar a mestiçagem que também sofre.

Este problema da mestiçagem tem, nesta viragem do milénio, uma série de desafios que não podem ser ignorados. Por simples lembrança, mencionamos os adversários da Torre de Babel que advogaram uma língua universal, o esperanto, que estaria livre das diferenças culturais, étnicas, nacionalistas, de um mundo a caminhar para a globalização. O movimento não teve êxito, e não conseguiu acompanhar o fenómeno diferente de uma língua se tornar dominante pela hegemonia ou política, ou económica, ou cultural, ou religiosa. A Igreja Católica, com a universalidade do latim, teve mais êxito, de que alguns lamentam o ponto final posto no Concílio Vaticano II. O francês foi durante longos anos uma segunda língua dominante entre os europeus, responsável a França pela primavera das Nações, mas é curioso que não tenha deixado nenhum grande país colonizado a falar fran-

cês. No nosso tempo, o inglês tem um domínio de segunda língua, que acompanha o predomínio, em vários aspetos, alguns enfraquecidos, dos EUA. É neste ponto que, sobretudo, é necessário meditar sobre a importância da língua portuguesa no contexto globalista em que vivemos.

Em primeiro lugar desejo advertir contra a facilidade com que os conceitos de globalismo, de mundialismo, e até de consumismo, circulam como se tivessem desaparecido as especificidades.

De facto, o “globalismo” expressa uma realidade de interdependências mundiais, as famosas redes de que falou Manuel Castells, e que se traduzem numa série de círculos, em todas as áreas, mas sem um centro conhecido; o “mundialismo” tende para exprimir mais uma espécie de consumismo, de maneira de vestir, de comer, de ganhar a vida, de hábitos e costumes, que a comunicação articula.

O mesmo é dizer que essa comunicação por vezes imponha uma língua, até individualize grupos que se aproximam de uma solidariedade ideológica, fazendo eventualmente nascer centros de poder também nesta área.

Mas parece um claro erro de observação concluir que o que por vezes se chama “cultura mundial” uniformizada implica com o sinonismo ou, pelo menos, com o significado do “singular, específico, personalizado, portador de identidade”. É inegável que tudo mostra sinais, como acontece com a nossa língua, do que chamam “crioulização” ou mestiçagem, termos que nos lembrarão sempre Gilberto Freyre: mas, como salienta Arjun Appaduri, assim como a técnica, em todos os domínios, provocou certa homogeneização do comércio, das políticas, da economia, das culturas locais, as respostas de novo ganham especificidades soberanas, políticas, culturais, por vezes produzindo o que ele chama explosão de modernidades culturais, que não excluem colonização dos espíritos.

Mas repare-se em como este globalismo sem centro, este consumismo uniformizador, estas explosões de modernidades culturais, ao mesmo tempo que desatualizam ou anarquizam conceitos seculares como soberania absoluta, fronteiras geográficas, funções do Estado, igualmente fazem reanimar especificidades que respondem com afirmações regionalistas de separação, como acontece em Espanha, na Bélgica, na Inglaterra, ou especificidades de regionalismos integradores como se passa no continente americano, na Ásia, e na Europa de opções indecisas, mas que serve a todos de modelo.

É neste ponto que a importância da língua portuguesa se mostra essencial para a definição de um conceito estratégico nacional que não temos desde 1974, base de uma das janelas de liberdade e recuperação da crise que partilhamos com a Europa em particular e com o Ocidente em geral.

Começemos por mostrar que a Inglaterra que apropriou o maior quinhão do Império Euromundista, tem uma fragilizada Comunidade Britânica de povoadores europeus, mas não tem uma CPLP; a França, que teve uma língua dominante e

um vasto Império, tem redutos de defesa da sua presença cultural, como a *Alliance Française*, mas não fez emergir nenhum grande país a falar francês, e não possui uma CPLP; e Espanha, que chegou a deter o maior Império do mundo renascentista, espalhou a língua, defende a presença cultural, mas não tem uma CPLP.

O pequeno Portugal, de 92.000 quilómetros quadrados, em crise financeira e económica, em debilidade da interioridade, e com o Estado a tender para *exíguo*, tem, ao lado da indispensável pertença à União Europeia, uma “janela de liberdade” que é a CPLP. E a trave mestra desse regionalismo é “a língua mestiça que a todos une”, e que cada membro enriquece com os valores da sua circunstância específica.

E não se trata apenas do valor cultural dessa trave mestra, nem sequer do peso que a língua comum tem no PIB, também avulta o peso do grupo nas organizações internacionais, designadamente na ONU, onde, para a eleição de Portugal para a Presidência da Assembleia Geral e para a eleição no Conselho de Segurança, lhe deram o apoio decisivo. Há muito que deveríamos ter um Erasmo lusíada e desenvolvido as potencialidades do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, agora com sede em Cabo Verde.

Além de que o Mar é a outra evidente janela de liberdade de Portugal, e todos os países da CPLP são marítimos, são pobres, e devem ter aprendido na história recente que o desafio do fraco ao forte tem probabilidade de êxito. É por isso que qualquer das memórias dos países da CPLP pode repetir Pessoa, e que nós podemos orgulhosamente dizer que a língua não é nossa, também é nossa.

Bibliografia

- Breton, P. (1992). *L'utopie de la Communication*. Paris: La Decouverte.
- Gruzinski, S. (1999). *La Pensée Metisse*. Paris: Fayard.
- Lesourne, Jacques (2012). "Les États submergés: Le nouveau contexte des catastrophes", Thierry de Montbrial e Philippe Moreau-Defarges (dir.), *Ramses*, p. 89-91. Paris: Editions Dunod.
- Mattelart, A. (1939). *Histoire de l'Utopie Planétaire: de la Cité Prophetique à la Societé Globale*. Paris: La Decouverte.
- Moreira, Adriano *et al.* (2008). *Estudos sobre a Globalização da Sociedade Civil*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Ortiz, R. (1988). *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasilienne.
- Vieira, Padre António (2010). *Índice das Coisas mais Notáveis*. Lisboa: Babel.